

Notícias: dezembro a outubro de 2010

Portal reunirá projetos sobre reduções de emissões de gases de efeito estufa no Brasil

Informações disponibilizadas contribuirão para debate sobre a regulação de projetos de REDD+ e as políticas públicas relacionadas ao mecanismo

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Serviço Florestal Brasileiro lançam amanhã, 21 de dezembro, às 15h, o "Portal REDD+ Brasil", que reunirá projetos, ações e informações a respeito das reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento e degradação florestal (REDD+).

O Portal visa a difusão pela internet dos conhecimentos, aprendizados e oportunidades que o mecanismo de REDD+ têm gerado no Brasil. Esta ação se insere na política brasileira de fomentar, monitorar, avaliar e planejar políticas e iniciativas que, juntamente com os esforços internacionais, viabilizem a redução de emissões de gases de efeito estufa, notadamente aquelas relacionadas ao uso da terra.

"A disponibilização de informações no portal subsidiará as instituições relacionadas à gestão florestal na avaliação de suas políticas e na definição de suas ações em REDD+", afirma o Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel. O "Portal REDD+ Brasil" foi desenvolvido pelo Serviço Florestal e pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ) do MMA, em parceria com a organização não-governamental Conservação Internacional.

Assim como na maioria dos países, o Brasil ainda não possui regulamentação específica para projetos em REDD+. O governo brasileiro, por meio do MMA, lançou um processo participativo com a sociedade civil para formular o Sistema Nacional de REDD+. Segundo Thais Juvenal, Secretária da SMCQ, a difusão da informação pelo Portal aumentará o conhecimento sobre REDD+ entre os segmentos da sociedade envolvidos com o debate sobre o tema, o que contribuirá para a elaboração de propostas visando a regulação do REDD+ no país.

Projetos e ações

No portal, aparecerão como "Projetos" as iniciativas de REDD+, com área de influência determinada, metodologia para o cálculo de emissões evitadas ou biomassa estocada, tempo de realização delimitado e com resultados e expectativas definidos. Serão consideradas "Ações" em REDD+ as atividades relacionadas à sistematização e troca de conhecimentos sobre o tema, como capacitações, preparação institucional, elaboração de políticas e legislação,

dentre outras. Estas iniciativas resultam em contribuições indiretas para a boa implementação dos projetos em REDD+.

"Não apenas as iniciativas sobre REDD+ serão disponibilizadas, mas também informações sobre as políticas públicas nacionais e internacionais relacionadas ao mecanismo, como acordos de cooperação e parcerias financeiras e técnicas entre o Brasil e outros países ou instituições.", explica Thais Juvenal.

Sobre o REDD+

O conceito de REDD surgiu na Conferência das Partes sobre o Clima (COP), com o objetivo de se buscar formas voluntárias de compensação pelos esforços empreendidos na redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento. Este mecanismo busca possibilitar que países detentores de florestas possam receber incentivos financeiros por evitar o desmatamento e por esforços para a manutenção e o aumento dos estoques de carbono florestal. Além das reduções por evitar o desmatamento e degradação, o REDD+ abrange também o papel da conservação florestal, do manejo florestal sustentável e do aumento dos estoques de carbono.

Serviço

Lançamento do Portal REDD+ Brasil

Data: 21 de dezembro de 2010

Horário: 15h

Local: Auditório do CENSIPAM, Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Brasília/DF.

Contato para imprensa

Marcy Figueiredo

(61) 2028-7125

Publicado: segunda-feira, 20 de dezembro de 2010, 15h59.

Levantamento dos recursos florestais do DF deve começar em janeiro

Unidade da federação será a primeira a ser mapeada. Equipes vão medir diâmetro e altura das árvores, identificá-las, colher amostras de solo e de material botânico

A riqueza das florestas brasileiras começará a ser mapeada em todo o território nacional a partir do Distrito Federal. É nessa unidade da federação que terão início as primeiras medições do Inventário Florestal Nacional (IFN), iniciativa coordenada pelo Serviço Florestal Brasileiro.

O treinamento das equipes e as atividades de campo no DF estão previstas para começar em janeiro de 2011 e durar três meses. Durante esse período, 25 estudantes ligados à Universidade de Brasília - uma das parceiras do Serviço

Florestal na execução do IFN - visitarão 67 pontos de amostra distantes 10 quilômetros uns dos outros.

O trabalho envolverá o levantamento do número de árvores, medições de diâmetro e altura delas e identificação das espécies num raio de 50 metros do local de referência, além da coleta de solo, de material botânico e entrevistas com moradores para conhecer sua relação com a floresta. A ideia é que, tanto no DF quanto nos outros estados, seja visitado um ponto por dia.

Informações Atuais

O coordenador do IFN e gerente de Informações do Serviço Florestal, Joberto Freitas, diz que o Inventário vai mostrar a quantidade de florestas do DF e nos estados e permitirá comparar esses dados com o do único inventário feito no Brasil, na década de 1980, que tinha como foco apenas um dos aspectos do atual IFN, o estoque de madeira.

"Vamos ter informações que naquela época não eram importantes, como a quantidade de biomassa e carbono, fundamentais em tempos de mudanças climáticas", afirma.

Outra vantagem será a obtenção de dados em locais que ainda não foram objeto de estudo. "No DF, temos uma cobertura de informações muito boa com relação a algumas áreas, principalmente unidades de conservação, mas com o IFN vamos atingir áreas que nunca foram inventariadas", afirma a professora do Departamento de Engenharia Florestal da UnB, Alba Valéria Resende, que vai coordenar as atividades no DF.

No DF, dois locais terão um tratamento diferenciado, Brazlândia e o Parque Nacional de Brasília, que têm cobertura florestal bem preservada. Neles, a distância dos pontos de amostragem será de apenas cinco quilômetros. A média nacional será de 20 quilômetros. "Queremos mostrar que o Inventário pode gerar informações confiáveis em áreas pequenas", diz Joberto Freitas. O mesmo pode ser feito em outros estados.

Para o diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal, José Natalino Silva, que participou do primeiro inventário do DF, feito no início dos anos 1970, antes mesmo do primeiro inventário nacional, da década de 1980, o lançamento foi um momento especial. "Voltar 40 anos depois [para essa atividade] é uma oportunidade rara que o Brasil tem para ver o que aconteceu com as florestas do DF quatro décadas depois."

Estados

Além do Distrito Federal, o Serviço Florestal já estabeleceu parcerias com os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Sergipe para a

realização do Inventário, o que ajudará na disponibilização de recursos e no acompanhamento do trabalho de campo. Santa Catarina, que já começou o levantamento dos seus recursos florestais, adotou a metodologia do IFN para integrá-los à base nacional que será formada.

Publicado: sexta-feira, 17 de dezembro de 2010, 17h00.

Serviço Florestal lança livro de bolso das florestas

Publicação de 152 páginas traz principais aspectos do setor, como quantidade de florestas naturais e plantadas, áreas sob manejo e em concessão e comércio de produtos florestais

As principais informações do setor florestal do país estão reunidas no livro de bolso Florestas do Brasil em Resumo 2010, que o Serviço Florestal Brasileiro lança nesta sexta-feira, 17. A publicação, de 152 páginas, aborda, entre outros assuntos, características dos seis biomas, avanços na gestão das florestas, aspectos socioeconômicos da área florestal e ensino e pesquisa relacionados ao tema.

Neste minilivro, que atualiza informações presentes na primeira edição da obra, foram incluídas informações sobre crédito florestal, manejo florestal na Amazônia e na Caatinga, unidades de conservação estaduais e comparativo mundial do estoque de biomassa florestal viva.

"Esta é uma obra em movimento. As informações em floresta são dinâmicas e, portanto, as atualizações serão constantes", afirma a diretora de Pesquisa e Informação Florestal do Serviço Florestal, Cláudia Azevedo-Ramos.

As seções foram organizadas de forma curta e objetiva para que o leitor manuseie a publicação com facilidade e encontre rapidamente os dados que procura. A versão eletrônica será disponibilizada no site do Serviço Florestal.

Veja algumas das informações presentes em cada capítulo:

As florestas brasileiras

A publicação mostra que existem 509 milhões de hectares de florestas naturais e 6,8 milhões de hectares de florestas plantadas. Apesar da quantidade de florestas plantadas ter decrescido cerca de 200 mil hectares entre 2008 e 2009, a produtividade por hectare de pinus e eucalipto - que representam mais de 90% das espécies desses plantios - aumentou mais de 15% nos últimos anos.

Os biomas brasileiros e suas florestas

Esta seção apresenta tabelas de dados e mapas sobre a cobertura florestal dos seis biomas, o volume de madeira, o estoque de carbono armazenado na biomassa e

informações adicionais a respeito de cada um deles. A Amazônia, por exemplo, tem cerca de 45 mil espécies de plantas e vertebrados, uma das biodiversidades mais ricas do mundo, mas enfrenta o desafio de conciliar conservação dos recursos com uso pela população.

Gestão florestal

Os principais planos de governo para estimular o desenvolvimento sustentável estão nesse item, que fala, por exemplo, da criação do Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163, das concessões florestais na Amazônia e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Esta seção apresenta ainda 13 linhas e programas de crédito florestal, suas finalidades e o agente financeiro que as operam.

Monitoramento das florestas

A série histórica do desmatamento na Amazônia entre 1988 e 2010 está nesta seção, onde é possível visualizar a queda no corte da floresta a partir de 2004. O capítulo também fala do Sistema Nacional de Parcelas Permanentes para o monitoramento da dinâmica das florestas naturais e plantadas e do Inventário Florestal Nacional.

Áreas protegidas e biodiversidade

Existem hoje 309 unidades de conservação federal, sendo 172 de uso sustentável e 137 de uso integral. A divisão por categoria e a área de cada uma estão nesse item, que também traz a área de unidades de conservação por bioma e a lista de espécies madeireiras ameaçadas de extinção.

Aspectos socioeconômicos do setor florestal

O número de empregos formais do setor florestal vem em tendência de queda na comparação entre 2006 e 2009, exceto nos setores de produção de celulose e papel e de produção moveleira, aponta esse capítulo. No ano passado, o setor empregava em torno de 615 mil trabalhadores. Tabelas apresentam dados de exportação e importação de produtos florestais e dados recentes sobre os pólos madeireiros da Amazônia Legal.

Ensino e pesquisa florestal

Em 2009, o país formou mais de 300 mestres e doutores em engenharia florestal e ciências florestais, um aumento de quase 20% em relação ao ano anterior. Este capítulo mostra um mapa da distribuição dos cursos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos no país. Os principais centros de pesquisa no tema, exceto as universidades, contam com cerca de 200 profissionais entre graduados, mestres e doutores.

Comparações internacionais

O topo de três importantes dados florestais é ocupado por países distintos. A Rússia tem a maior área florestal, cerca de 810 milhões de hectares; a China, a maior área de florestas plantadas, 77 milhões de hectares, e o Brasil, o maior estoque de carbono na biomassa florestal o Brasil, cerca de 62 milhões de toneladas.

Publicado: sexta-feira, 17 de dezembro de 2010, 16h54.

MMA e Serviço Florestal iniciam atividades para o Inventário Florestal Nacional

Informações poderão ser utilizadas para elaborar políticas públicas e subsidiar o Brasil em fóruns internacionais

As florestas brasileiras terão uma atenção a mais a partir de agora. O Governo Federal vai começar a inventariar a qualidade, quantidade e as regiões florestais em todo o País, e os dados atualizados servirão como informações precisas para a elaboração de políticas públicas de uso e conservação destes recursos naturais.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel, anunciaram nesta quinta-feira (16), no Jardim Botânico de Brasília, o início das atividades para a realização do Inventário Florestal Nacional. A iniciativa vai levantar dados que vão subsidiar também as ações do Brasil em fóruns internacionais, em especial nos eventos sobre mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.

De acordo com a ministra Izabella, o inventário será um instrumento de base técnica científica que fornecerá dados precisos nos processos de negociação e análise para um planejamento ambiental adequado e eficiente. "A sociedade brasileira não tem informação suficiente sobre as florestas do País, e esse trabalho vai subsidiar também o debate sobre conservação da biodiversidade e mudanças climáticas. Com isso, poderemos convencer tomadores de decisão de diferentes setores a disponibilizar recursos permanentes para as florestas, entre outras medidas", disse.

O Inventário Florestal contará com cerca de 20 mil pontos amostrais distribuídos por todo o País, que estarão localizados a 20 quilômetros uns dos outros. Em cada local, equipes buscarão informações como número, altura, diâmetro e espécies de árvores, tipo de solo, estoque de carbono e biomassa. Também será feito um levantamento socioambiental para conhecer a relação das populações locais com a floresta.

Para Antônio Carlos Hummel, esta será uma oportunidade única de mostrar o real estado das florestas nacionais. Ele ressaltou que, apesar de já haver um monitoramento via satélite, o trabalho de campo bem planejado e com metodologia integrada entre os estados da Federação permitirá que haja dados pertinentes. Assim, poderemos ter uma atuação mais consistente no que se refere à conservação destes recursos naturais", afirma.

Números

As florestas brasileiras ocupam 516 milhões de hectares, cerca de 60% da área do País, mas ainda não existem informações amplas e sistematizadas sobre esse patrimônio natural. O Inventário Florestal Nacional será o marco zero deste levantamento e servirá como referência para analisar mudanças na distribuição e composição das florestas e na relação das populações que habitam nestas regiões.

As equipes responsáveis pela coleta de dados vão visitar todos os estados da federação e verificar também aspectos como a condição fitossanitária (saúde) das árvores, quantidade de matéria orgânica morta e vestígios de exploração florestal. O Amazonas terá o maior número de pontos amostrais (3.906), e o estado de Sergipe o menor (55).

UnB

Durante o evento, uma equipe da Universidade de Brasília (UnB) fez uma demonstração da medição de uma área do Jardim Botânico. A UnB será parceira do Serviço Florestal no levantamento de informações de 67 pontos amostrais do Distrito Federal.

No dia 17 de dezembro, o Serviço Florestal também vai promover o 1º Encontro do Sistema Nacional de Informações Florestais no Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor). Serão lançados ainda o Portal Nacional da Gestão Florestal e o livro de bolso "Florestas do Brasil em Resumo 2010", e haverá a apresentação do status do Sistema Nacional de Informações Florestais.

Publicado: sexta-feira, 17 de dezembro de 2010, 16h48.

FNDF seleciona instituições para o fornecimento de capacitação e assistência técnica para projetos de desenvolvimento florestal

As propostas podem ser encaminhadas até dia 29 de dezembro. Os fornecedores devem executar capacitação e assistência técnica para projetos de manejo florestal na Amazônia e na Caatinga, e de restauração florestal da mata Atlântica.

Organizações, cooperativas e empresas com experiência em capacitação e assistência técnica florestal (ATEF) podem apresentar, a partir de hoje, 17 de dezembro, propostas para se tornarem fornecedores desse tipo de serviço para comunidades selecionadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).

O Serviço Florestal Brasileiro - responsável pela gestão do FNDF - lançou quatro avisos de licitação para selecionar seis empresas ou organizações, que executarão diversas ações envolvendo capacitação e ATEF em 21 comunidades em 6 estados do Norte e Nordeste. A escolha da melhor proposta ocorrerá no dia 29 de dezembro, por meio de pregão eletrônico.

As comunidades beneficiadas foram definidas, após chamadas de projetos relacionados a quatro temas: manejo florestal para assentados na caatinga; manejo florestal comunitário e familiar em RESEX da região norte; produção de sementes e de mudas para restauração florestal da Mata Atlântica no Nordeste.

Serão selecionadas as empresas que propuserem o menor preço para realização das atividades previstas nos editais. No entanto, antes da assinatura dos contratos os vencedores devem provar ter capacidade técnica para executar as ações. As empresas ou organizações devem ter experiências prévias em atividades de capacitação e assistência técnica florestal e já devem ter trabalhado com público com perfil semelhante às comunidades beneficiadas.

Para participar do pregão, os interessados precisam estar credenciados no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.comprasnet.gov.br>). O credenciamento pode ser feito diretamente pela internet. Para assinar o contrato, os vencedores do pregão devem estar cadastrados no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf). As instruções para se cadastrar no Sicaf estão no portal compras.net.

Para mais informações sobre a licitação, os interessados podem entrar em contato com o Serviço Florestal Brasileiro, por telefone (61-2028-7147) ou por e-mail (fndf@florestal.gov.br).

Prioridades do FNDF em 2011

No próximo ano, o FNDF deve apoiar projetos com três focos principais: 1) capacitação de extensionistas para atividades de manejo florestal na Amazônia e Caatinga e para a recuperação florestal na Mata Atlântica; 2) promoção das boas práticas de uso dos recursos florestais no Cerrado; e 3) apoio à disponibilização de recursos humanos para o desenvolvimento florestal na Amazônia e Caatinga.

Estas prioridades constam no Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR-2011), que foi apresentado para o Conselho Consultivo do FNDF no dia 15

dezembro. O PAAR será publicizado até o fim de 2010, após manifestação final dos integrantes do Conselho, formado por representantes dos governos federal, estadual e municipal, sociedade civil, representações de trabalhadores e do empresariado.

Publicado: sexta-feira, 17 de dezembro de 2010, 16h43.

Aviso de pauta: MMA e Serviço Florestal lançam o Inventário Florestal Nacional

Quando: Quinta-feira, 16/12, às 10h

Onde: Jardim Botânico de Brasília - SMDB Conjunto 12 - Lago Sul - Brasília – DF

O Serviço Florestal Brasileiro lança nesta quinta-feira, 16/12, em Brasília (DF), o Inventário Florestal Nacional, iniciativa do governo federal que vai levantar informações sobre a quantidade e a qualidade das florestas do país. Esses dados vão subsidiar a formulação de políticas públicas de uso e conservação dos recursos florestais e desempenharão importante papel para a ação do Brasil em fóruns internacionais, em especial aqueles sobre mudanças climáticas.

O Inventário Florestal contará com cerca de 20 mil pontos amostrais distribuídos pelo país, distantes 20 quilômetros uns dos outros. Em cada local, equipes buscarão informações como número, altura, diâmetro e espécies de árvores, tipo de solo, estoque de carbono e biomassa. Também será feito um levantamento socioambiental para conhecer a relação da população com a floresta.

Durante o evento, uma equipe da Universidade de Brasília (UnB) fará a demonstração da medição de uma parcela dentro do Jardim Botânico. A UnB será parceira do Serviço Florestal para o levantamento de informações nos 67 pontos amostrais do Distrito Federal.

No dia 17/12, o Serviço Florestal promove o 1º Encontro do Sistema Nacional de Informações Florestais no Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor). Será lançado o Portal Nacional da Gestão Florestal, o Livro de Bolso Florestas do Brasil em Resumo 2010 e apresentado o status do Sistema Nacional de Informações Florestais.

Contatos

Assessoria de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro: (61) 2028-7293 / (61) 8471-3190

Publicado: quarta-feira, 15 de dezembro de 2010, 17h05.

Sociedade apresenta sugestões sobre concessão florestal federal

Três audiências públicas foram realizadas de 22 a 25 de novembro, pelo Serviço Florestal Brasileiro, em Altamira, Trairão e Moraes Almeida, no oeste do Pará. O objetivo foi debater o pré-edital de concessão de 380 mil hectares de floresta no oeste do Pará.

Publicado: segunda-feira, 13 de dezembro de 2010, 17h09.

Serviço Florestal aumenta prazo para concorrer à concessão na Flona do Amana, no Pará



dezembro de 2010, para 23 de fevereiro de 2011.

As empresas interessadas em participar da licitação para concessão na Floresta Nacional do Amana, no Pará, terão mais tempo para entregar as propostas técnica, de preço e os documentos de habilitação. O Serviço Florestal Brasileiro mudou a data limite, que era o dia 15 de

A alteração vai permitir que os concorrentes possam analisar mais detalhadamente o edital e elaborar suas propostas. Também vai evitar que o prazo final coincida com atividades e processos comuns ao fim do ano.

O edital de concessão de 210 mil hectares na Flona do Amana é o primeiro que o Serviço Florestal lança para a região de influência da BR-163, no Pará. O objetivo é estimular uma economia de produção de madeira legal, sustentável e que respeita os direitos trabalhistas.

Nas licitações para concessão, itens como o número de empregos gerados, menor dano à floresta durante a extração madeireira e processamento local do produto representam 600, dos 1000 pontos que podem ser obtidos no julgamento das propostas. Já o critério preço pelo metro cúbico da madeira responde pelos 40% restantes.

No próximo ano, o Serviço Florestal deve lançar os editais de concessão para outras duas flonas na região da BR-163, a Flona do Crepori, no município de Jacareacanga, e para a Flona de Altamira, situada no município de Altamira. Juntas, as três concessões vão disponibilizar mais de 800 mil hectares para a produção madeireira por manejo florestal, quase oito vezes o tamanho da cidade de Belém (PA).

Publicado: quarta-feira, 08 de dezembro de 2010, 17h15.

Plano de Manejo Comunitário 2011 será apreciado pelo Condraf

Documento já foi analisado pela Comissão de Gestão de Florestas Públicas e segue para última avaliação para ser lançado pelo MMA e pelo MDA

Os membros da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), formado por representantes do governo e da sociedade civil, avaliaram na terça-feira (07/12), as ações propostas para o Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar 2011.

Agora, o documento seguirá para análise pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Condraf, o último fórum de apreciação antes do lançamento pelos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, responsáveis pela elaboração do Plano e pela execução das atividades.

O documento, apresentado na reunião na CGFLOP pelo Serviço Florestal Brasileiro, traz iniciativas para auxiliar ribeirinhos, agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais a usar a floresta como fonte de renda de forma sustentável. Devem ser disponibilizados cerca de R\$ 40 milhões para atender comunidades em 12 estados situados na Amazônia e na Caatinga.

Levantamento

O manejo florestal por comunidades deve se fortalecer a partir de informações de estudos que estão em curso sobre o tema. Até o final deste ano, será concluído um levantamento sobre as iniciativas de manejo florestal e de sete produtos não madeireiros em seis estados na região Norte.

"O levantamento dessas ações é fundamental para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para o manejo florestal comunitário", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Concessões e informes

Os integrantes da CGFLOP também apreciaram os pré-editais de concessão em quatro florestas nacionais (flonas), a do Crepori (PA), Saracá-Taquera (PA), de Altamira (PA) e de Jacundá (RO). As concessões nessas flonas somarão mais de 800 mil hectares para a produção sustentável de madeira, o que ajudará a mudar o paradigma de exploração ilegal e predatória desse produto.

A pauta da reunião contou com informes do Serviço Florestal sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, Cadastro Nacional de Florestas Públicas, além do Inventário Florestal Nacional e do Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF), que devem ser lançados no dia 17 de dezembro.

O encontro foi concluído com a aprovação da recomendação do representante da Confederação Nacional da Indústria, Moysés Israel, de que as florestas públicas não destinadas - hoje em torno de 64 milhões de hectares - sejam criteriosamente

avaliadas para a produção florestal sustentável, e que esta seja uma meta do próximo governo.

Publicado: quarta-feira, 08 de dezembro de 2010, 12h32.

POSTERGADO para 23/02/2011 entrega de documentação da licitação para concessão na flona de Amana (PA)

O Serviço Florestal Brasileiro postergou para o dia 23 de fevereiro de 2011 a entrega dos envelopes de habilitação e das propostas técnica e de preço da licitação para concessão florestal na Floresta Nacional de Amana. A data inicialmente prevista era 14 de dezembro de 2010.

[Veja aqui o D.O.U](#)

Publicado: segunda-feira, 06 de dezembro de 2010, 12h35.

Serviço Florestal e Incra firmam acordo para apoiar assentados na Amazônia e na Caatinga

Objetivo é criar condições para que famílias estejam aptas a ter renda por meio do manejo florestal. Técnica permite produção sustentável e conservação dos biomas

O Serviço Florestal Brasileiro e o Incra firmaram um acordo de cooperação que terá ações para estimular a atividade florestal sustentável em assentamentos na Amazônia e na Caatinga. O extrato do documento foi publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 3.

Serão atendidos 14 assentamentos na região Norte, oito deles na área de influência da BR-163, nos municípios de Anapu e Pacajá, e seis nas imediações da Transamazônica, nos municípios de Aveiro, Trairão, Rurópolis, Santarém e Altamira, todos no Pará.

"Essa é a primeira tentativa de dar escala a iniciativas piloto que já tinham ocorrido em assentamentos. Queremos mostrar que é possível produzir madeira legal, com geração de renda e com conservação da floresta nesses locais", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Os assentamentos foram escolhidos a partir de três critérios principais, o potencial florestal, a presença em área prioritária para o combate ao desmatamento e o interesse das comunidades em realizar o manejo florestal. A ideia é ampliar a assistência para outros projetos de assentamento a partir dos resultados da iniciativa.

O Serviço Florestal deverá viabilizar a elaboração do inventário florestal e dos planos de manejo, realizar capacitação em organização associativista dos moradores e prover assistência técnica florestal.

Já o Incra será responsável por implementar a infraestrutura de moradia e para o desenvolvimento de atividades produtivas, contratar assessoria técnica e ambiental, apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento dos assentamentos, fazer a regularização fundiária e ambiental e auxiliar os agricultores familiares na elaboração de projetos de acesso ao crédito.

"Essa iniciativa representa a consolidação da valorização da floresta em assentamentos na Amazônia", afirma o chefe da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, Fernando Ludke. Também será beneficiado um assentamento no município de Cláudia, no Mato Grosso.

Caatinga

A parceria das duas instituições envolve ainda atividades em 32 assentamentos na Caatinga. Desse total, 18 estão em Pernambuco (nove em Serra Talhada, município que registra o maior desmatamento do estado) e os outros 14, na Paraíba. A assistência tem o objetivo de promover o manejo como meio de conservar o bioma - que já perdeu quase 50% da cobertura - e de prover lenha e carvão, principais produtos florestais obtidos dele.

"É necessário proteger a Caatinga e já se sabe tecnicamente que o manejo é uma alternativa viável para atender a matriz energética da região Nordeste, em grande parte abastecida por lenha ilegal", afirma Hummel.

O diretor-geral ressalta que, para o manejo dar certo na Amazônia ou na Caatinga, é fundamental manter ações bem sucedidas de fiscalização e de controle "para evitar a competição desleal entre o produto madeireiro legalizado e a lenha, o carvão e a madeira ilegais".

Plano Anual

As atividades do acordo integram o Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar elaborado e executado pelos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, por meio do Serviço Florestal e do Incra, entre outras instituições.

O Plano é uma exigência do Programa Federal de Manejo Comunitário e Familiar, que surgiu em 2009 com o objetivo de organizar ações de gestão e fomento ao manejo sustentável em florestas usadas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e por povos e comunidades tradicionais.

Publicado: sexta-feira, 03 de dezembro de 2010, 12h43.

Sociedade apresenta sugestões sobre concessão florestal federal em Altamira

Três audiências públicas foram realizadas pelo Serviço Florestal Brasileiro para apresentar, à população local, o pré-edital de concessão de 380 mil hectares de floresta no oeste do Pará

Cerca de 320 pessoas participaram das três audiências públicas, promovidas pelo Serviço Florestal Brasileiro, de 22 a 25 de novembro, sobre a proposta de concessão federal de 380 mil hectares da Floresta Nacional (Flona) de Altamira, no oeste do Pará. Os eventos foram realizados nas localidades que abrigam a área a ser concedida - os municípios de Altamira e Trairão e o distrito de Moraes Almeida (município de Itaituba).

Moradores, representantes do governo do Pará, de prefeituras, do Ministério Público, de movimentos sociais e do setor produtivo puderam conhecer detalhes do pré-edital de licitação, os benefícios previstos, esclarecer dúvidas e apresentar sugestões.

"O documento apresentado é um pré-edital, nada é conclusivo e as audiências públicas servem para absorver as contribuições da população", afirma o gerente executivo de Concessão Florestal do Serviço Florestal, Marcelo Arguelles.

Entre as principais questões levantadas estão o preço mínimo a ser cobrado pela madeira extraída e a infraestrutura necessária para o escoamento da produção, como construção de estradas e implantação de indústrias de beneficiamento. "O edital precisa prever por onde vai passar a madeira, pois não podemos ficar inseguros quanto à questão da infraestrutura", defendeu o representante da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex) e Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará (Simaspa) Issao Sato.

Marcelo Arguelles informou que o estudo sobre as possibilidades logísticas na Flona, que está sendo realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro, constará dos anexos do edital. Ele esclareceu também que, para a definição dos preços a serem pagos pelos concessionários, foi realizado levantamento com 63 empresas que atuam na região.

Como o documento está em processo de consulta pública, o diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal, Natalino Silva, sugeriu que as entidades representativas do setor madeireiro apresentem uma proposta de preço fundamentada. "É um pré-edital e está aberto para mudanças, para receber sugestões e contribuições", reforçou. "Recebemos muitas contribuições nos editais lançados anteriormente e isso tem aprimorado o trabalho do Serviço Florestal", completou.

A minuta do edital está disponível no site do Serviço Florestal (www.florestal.gov.br) para consulta pública durante todo o mês de dezembro. As sugestões podem ser feitas pelo telefone (61) 2028-7168 ou pelo email concessao@florestal.gov.br. As propostas serão analisadas e, sempre que possível e desejável, incorporadas ao edital. Todas as proposições, atendidas ou não, receberão resposta formal e fundamentada da instituição.

Maior área para concessão

A Flona de Altamira será a maior área federal disponibilizada para concessão florestal: 380 mil hectares - área 3,5 vezes maior que a cidade de Belém. Serão 10 unidades de manejo florestal (UMFs), variando entre 20 mil e 50 mil hectares cada, o maior número no mesmo edital, até agora.

Cada UMF vai gerar um contrato que dará à empresa vencedora o direito de usar a área durante 40 anos, tempo suficiente para permitir a regeneração natural da floresta. Os concessionários poderão extrair madeira, produtos não madeireiros (óleos, sementes, resinas) e oferecer serviços de turismo.

Reativação do setor florestal
Criada em 1998, a Flona de Altamira localiza-se na região conhecida como Terra do Meio, entre os rios Xingu e Tapajós, nas proximidades da BR-163. A concessão vai reativar, de forma legal e sustentável, o setor florestal na região. O potencial produtivo da área é de cerca de 200 mil metros cúbicos de madeira por ano, com a previsão de gerar mais de 2 mil empregos diretos e indiretos.

Por ano, o governo receberá quase R\$ 13 milhões. Deste recurso, 30% será destinado ao Serviço Florestal Brasileiro (30%). Os outros 70%, serão divididos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (40%), o governo do Pará (20%), os governos municipais (20%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF (20%).

"Os editais colocam uma perspectiva positiva por meio da oferta de madeira legal e da possibilidade de estabilidade aos empreendedores florestais", afirma a diretora de Pesquisa e Informação Florestal do Serviço Florestal, Claudia Ramos.

Números da Concessão Florestal na Flona de Altamira

Indicadores (estimativas)	Potencial (anual)
a) Produção	202.835 m
b) Indústrias Beneficiadas	10 a 15

c) Empregos diretos	700 a 900
d) Empregos indiretos	1.500 a 1.700
e) Empregos totais	2.200 a 2.600
f) Receita com a venda da madeira	R\$ 12.816.326
g) Receita da atividade de serviço	R\$ 11.300.700
h) Receita da madeira processada	R\$ 81.134.000
i) Potencial econômico (f+g+i)	R\$ 108.719.667
j) Receita estimada para os municípios com a venda da madeira	R\$ 2.271.754
l) Potencial de arrecadação de ICMS	R\$ 6.815.262
m) Potencial de arrecadação de ISS	R\$ 567.938

Publicado: terça-feira, 30 de novembro de 2010, 12h57.

Moradores de Rondônia apresentam sugestões para concessão florestal na Flona de Jacundá

Benefícios e oportunidades para empresários e comunidades marcaram discussões nas audiências públicas nos municípios de Candeias do Jamari, Porto Velho e Cujubim

Cerca de 250 pessoas participaram das audiências públicas que discutiram a concessão de 112 mil hectares para manejo florestal sustentável na Floresta Nacional (Flona) do Jacundá, em Rondônia. Entre os dias 16 e 19 de novembro, os moradores de Candeias do Jamari (16), Porto Velho (17), Cujubim (19) e municípios próximos apresentaram suas sugestões e dúvidas sobre o processo de licitação da área e sobre os benefícios das concessões.

A participação das empresas madeireiras locais e o envolvimento das comunidades do entorno da Flona no processo de concessão foram os principais temas debatidos nas audiências. O diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel, explicou ser "factível e possível" para empresas locais - sozinhas

ou por meio de consórcios e cooperativas - concorrerem a unidades ofertadas. As pequenas e micro empresas terão incentivos para participarem da licitação. Por exemplo, elas terão desconto de 70% no pagamento da garantia e não precisarão pagar os custos do edital. Três das quatro Unidades de Manejo Florestal (UMFs) a serem concedidas na Flona de Jacundá são de tamanho pequeno e médio (entre 18 e 30 mil hectares), o que facilita a participação de empresas de menor porte.

O empresário Paulo Jair Kreuz, presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras de Ariquemes, aposta nas concessões florestais para o desenvolvimento da economia da região de Cujubim: "Vamos estudar a proposta do edital, sugerir algumas mudanças e vamos participar. Queremos que a concessão fique com empresas daqui. O verdadeiro empresário quer trabalhar por 15, 20 anos, por isso as concessões são fundamentais para perpetuar a atividade econômica. Precisamos mudar o paradigma do estado de Rondônia de criação de gado para economia florestal".

Antônio Hummel reforçou que o manejo florestal não é uma proposta exploratória. "O manejo prevê trabalho de longo prazo, qualificação de mão de obra, instalação de empresas... É um ciclo contínuo que atinge toda a economia da região", destacou.

Comunidades do entorno da Flona

Moradores das comunidades do entorno da Flona Jacundá participaram das audiências para saber como serão beneficiados com a concessão. A audiência de Candeias do Jamari foi marcada pela presença dos assentados do Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, localizado próximo à Flona. Eles apresentaram algumas demandas em relação à infraestrutura do PAF, reivindicando que elas sejam executadas no contexto das concessões. Também desejam participar das atividades relacionadas à concessão.

Em relação a estas questões, o Secretário de Educação de Candeias do Jamari, Alcimar Casal, propôs que - entre os itens que avaliam a proposta técnica das empresas concorrentes à concessão - haja um indicador que pontue a empresa que tiver projetos de parceria com comunidades do entorno da Flona. O prefeito da cidade, Dinho Souza, acrescentou que grande parte dos integrantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente - em processo de instalação - deveriam ser moradores do PAF. Dessa forma, eles teriam possibilidade de influenciar no uso dos recursos advindos do pagamento das concessões.

Benefícios para os municípios

Os três municípios onde ocorreram as audiências serão diretamente beneficiados pelas concessões. Candeias do Jamari e Porto Velho receberão 14% do valor a ser pago pela madeira retirada das áreas sob concessão. O recurso será dividido de

forma proporcional ao território do município abrangido pelas UMFs. O lote de concessão não abrange o município de Cujubim. Apesar disso, pela importância da cidade para a economia florestal na região, ela será beneficiada pelas exigências contratuais que obrigam os concessionários a empregar mão-de-obra local, processar a madeira na região, aplicar recursos nas cidades, entre outros benefícios econômicos, sociais e ambientais.

"Já vimos muita madeira sair daqui roubada. Defendo a concessão florestal e espero que ela fique aqui, pois será bom para os trabalhadores da cidade e do campo." declarou confiante a presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cujubim, Rosa Becker.

Controle social

"Com essas audiências temos oportunidade de discutir essa questão das concessões que está se desenvolvendo no nosso estado", destacou Maria de Fátima Baunier, do Conselho Estadual do Meio Ambiente. A importância desta oportunidade de participação e controle social sobre o processo das concessões foi destacada pelas autoridades municipais, empresários, trabalhadores e organizações não governamentais que participaram das audiências.

O chefe da Flona de Jacundá, Denis Rivas, reforçou que o controle social em relação aos assuntos da floresta de Jacundá e seu entorno também pode ser exercido por meio da participação no Conselho Consultivo da Flona, instalado há quatro anos.

O Serviço Florestal avaliará todas as sugestões apresentadas nas audiências para elaborar o texto final do edital de concessão. O pré-edital está disponível no site da instituição (www.florestal.gov.br). Os interessados também poderão enviar sugestões ao texto do pré-edital pelo email concessao@florestal.gov.br ou pelo telefone (61) 2028-7168. Também podem entrar em contato com a Ouvidoria do Serviço Florestal, pelo email ouvidoria@florestal.gov.br ou pelo telefone (61) 2028-7120.

Publicado: segunda-feira, 29 de novembro de 2010, 13h05.

Manejo da Caatinga é alternativa sustentável para produzir lenha e carvão

Livro reúne experiências que demonstram a viabilidade ambiental do manejo e sua importância para a manutenção da Caatinga

A lenha e carvão são os principais produtos oriundos da Caatinga, mas a obtenção dessas fontes energéticas está longe de ser sustentável. O desmatamento origina em torno de 80% desses produtos florestais no Nordeste. Ter lenha e carvão sem

impactar a vegetação é possível com o manejo florestal, tema do livro "Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga", que o Serviço Florestal Brasileiro lançou dia 23 de novembro, em Recife (PE).

A publicação de 367 páginas traz artigos de 28 pesquisadores que mostram a potencialidade de aplicação do manejo para a produção energética, os resultados do uso dessas técnicas sobre a biodiversidade e a possibilidade de conciliar o uso econômico do bioma com a sua conservação.

Existem técnicas sustentáveis de exploração desse recurso florestal que são viáveis tecnicamente, fáceis de serem aplicadas no campo e que já estão normatizadas pelos órgãos ambientais competentes, afirma a engenheira florestal da Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal, Maria Auxiliadora Gariglio, uma das organizadoras do livro.

Baixa participação

Apesar das vantagens do manejo, apenas 6% da matéria-prima para a produção de lenha e carvão vem dessa fonte. Este valor ainda é baixo para uma região que tem uma alta participação da biomassa - em torno de 30% - na matriz energética.

Segundo o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel, a grande presença dos produtos florestais como fonte de energia na região torna fundamental a existência de políticas públicas concretas para o uso dos recursos do bioma.

"O livro dá indicativos reais das possibilidades do manejo, mas é preciso medidas fortes de comando e controle para impedir a competição da lenha manejada com a não-manejada - e que ainda é muito forte na região", afirma Hummel.

De acordo com Maria Auxiliadora Gariglio, o manejo das florestas da Caatinga, se adotado em escala regional, poderia contribuir inclusive "para as questões do desmatamento evitado (REDD), para a conservação da biodiversidade de um bioma raro e exclusivamente brasileiro e para a manutenção do homem no campo".

A adoção de técnicas de uso racional da vegetação é mais urgente principalmente nas cercanias de grandes centros industriais, como a Chapada do Araripe - que tem o maior pólo gesseiro da América Latina - e os diversos pólos cerâmicos como Açu e Seridó (RN), Russas (CE) e Cariri Paraibano (PB). "A divulgação e a prática do manejo deveriam ser intensificadas nesses lugares, já que essas regiões estão mais pressionadas pelo consumo", diz Maria Auxiliadora.

Biodiversidade

A pesquisadora tem a expectativa de que a difusão de informações sobre o manejo com base científica dê mais subsídios para que a técnica seja ampliada e acabe com as dúvidas sobre a viabilidade e a influência ambiental da sua aplicação.

"Os resultados desses estudos mostram que o manejo como um sistema fechado tem um impacto praticamente nulo na biodiversidade e na conservação dos solos e que o impacto observado imediatamente após o corte é minimizado ao longo dos anos", completa.

O estudo dos grupos de fauna mostra inclusive que a biodiversidade encontrada na área do plano de manejo é bastante parecida com aquela de algumas Unidades de Conservação situadas em regiões próximas.

Os organizadores da publicação, que inclui outros três pesquisadores, esperam que os caminhos apontados no livro para pesquisa, extensão e políticas públicas sejam trilhados pelos diferentes atores ligados ao manejo. "Só assim os recursos florestais poderão continuar contribuindo, em todo o seu potencial, com o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste", diz a obra.

Publicado: quinta-feira, 25 de novembro de 2010, 13h14.

Visita marca início das atividades na primeira concessão florestal

Produção sustentável de madeira tende a se tornar novo paradigma. Mudanças trazidas pela concessão mostram benefícios da atividade legal

Dentro de uma pequena clareira na floresta, a máquina carrega uma tora de madeira para ser empilhada. Em pouco tempo ela será levada para um pátio onde já estão mais de 40 espécies das primeiras madeiras extraídas de forma sustentável da Floresta Nacional (Flona) do Jamari (RO).

A cena, acompanhada nessa quarta-feira, 17, por um grupo de autoridades que visitou a primeira área de concessão florestal do país, mostra que já está em prática uma nova forma de gerir as florestas públicas que busca uma economia florestal benéfica para o setor produtivo, governo e a comunidade.

Roberto Waack, presidente da empresa responsável pelo lote de 46 mil hectares concedido pelo Serviço Florestal Brasileiro, acompanhava a operação. "Estamos fazendo parte de uma mudança de paradigma", diz. Ele se refere à atividade produtiva que mantém a floresta, a biodiversidade e os serviços ambientais. "Quem não for para esse modelo não tem futuro", afirma o CEO da Amata.

Ao todo, 96 mil hectares serão utilizados para manejo florestal na Flona, área que inclui os lotes sob responsabilidade das outras duas empresas que também fazem parte da concessão, a Sakura e a Madeflona. Elas irão manejar os lotes de 32,9 mil hectares e 17 mil hectares, respectivamente, durante os 40 anos do contrato.

O potencial madeireiro das três unidades somadas é de 68 mil metros cúbicos por ano, com a garantia do suprimento contínuo para o mercado. "Antes, todo ano a gente tinha que procurar áreas documentadas para fazer manejo. Agora temos temos um talhão de mil hectares para trabalhar anualmente", afirma o proprietário da Sakura, Mauro Shigeo.

A produção ao longo dos anos deve agradar aos clientes que já são atendidos pela Madeflona. Eles, que já buscavam madeira legal, estão ainda mais interessados naquela da concessão pela ideia de sustentabilidade e de legalidade associada ao produto, afirma o proprietário Jonas Perutti. "O assédio deles é muito grande e isso deixa a gente muito tranquilo", afirma ele, há quase duas décadas no setor.

A legalidade na atividade de concessão trouxe mudanças não só na relação com o mercado, mas também naquelas interpessoais. "Antigamente eu tinha vergonha de dizer que era madeireiro. Quando eu preenchia alguma ficha que perguntava a profissão, colocava pecuarista, que era uma atividade paralela. Hoje é o contrário, tenho prazer de falar que sou madeireiro e que sou habilitado dentro de uma concessão", afirma Perutti.

Segundo o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel, o conjunto de valores agregados à concessão é que faz dela uma atividade diferenciada. "É uma iniciativa que estimula a economia florestal de base sustentável, em equilíbrio com o meio ambiente, que gera renda e empregos de qualidade de longo prazo", afirma.

Trabalhador

Vestido com uma blusa vermelha de manga longa, capacete, botas e outros equipamentos de segurança, o motosserrista Osvaldir Oliveira, 36 anos, mostrava como os postos de trabalho nas áreas de manejo sob concessão são diferentes. Ele faz com perfeição os cortes para o abate de uma muiracatiara situada à margem de uma das estradas da unidade. A árvore é extraída sem danificar as outras que estão ao redor. As técnicas foram aprendidas em um curso feito recentemente. Além da vantagem para a floresta, ele é enfático ao dizer o principal benefício para o operador: "a segurança".

Na base operacional da concessionária, a alguns quilômetros dali, ele e os colegas têm à disposição banheiros limpos, alojamento organizado e refeitório, com o cardápio do almoço elaborado por um nutricionista.

O primeiro diretor-geral do Serviço Florestal, Tasso Azevedo, um dos convidados para a visita das autoridades à Flona, vê com satisfação a concretização de um processo que começou em 2007. "A concessão é um modelo de lidar com o bem público de uma forma diferente, onde a floresta permanece pública e gera benefícios para todo mundo, com um jeito novo de consultar, de tomar decisão", afirma. "Eu estou muito feliz."

Publicado: quinta-feira, 18 de novembro de 2010, 13h20.

Flona de Altamira, no Pará, terá a maior área sob concessão florestal do país

Pré-edital destina 380 mil hectares para a atividade florestal sustentável. Na próxima semana, serão realizadas audiências públicas para ouvir sugestões da sociedade sobre o tema.

Entre 22 e 25 de novembro, o Serviço Florestal Brasileiro realizará audiências públicas para apresentar as condições da concessão florestal na Floresta Nacional (Flona) de Altamira, no Pará. O objetivo é receber sugestões da sociedade sobre a minuta do edital que estabelecerá as regras deste processo.

As audiências serão realizadas nas três localidades que abrigam a área a ser concedida: Altamira (dia 22), Trairão (dia 23) e Moraes Almeida (dia 25).

Esta é a maior área federal disponibilizada para concessão florestal: 380 mil hectares - área 3,5 vezes maior que a cidade de Belém. "As concessões florestais federais estão ganhando escala, começando a acontecer na prática", ressalta o Gerente de Concessão Florestal, Marcelo Arguelles, do Serviço Florestal. Ao todo, são sete áreas, que somam mais de 1 milhão de hectares.

Também será o edital com o maior número de unidades de manejo florestal (UMFs), ao todo, serão disponibilizadas 10 unidades, que variam entre 20 mil e 50 mil hectares cada. A extensão de cada UMF foi definida de acordo com as características do setor madeireiro na região. "Será um edital direcionado para pequenas e médias indústrias", afirma Arguelles.

Cada unidade vai gerar um contrato que dará à empresa vencedora o direito de usar a área durante 40 anos. A duração do contrato está prevista na Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284, de 2006) e é suficiente para permitir a regeneração natural da floresta.

Os concessionários poderão extrair madeira, produtos não madeireiros (óleos, sementes, resinas) e oferecer serviços de turismo. "O objetivo é estimular a utilização múltipla das riquezas da floresta, de maneira a evitar uma exploração

excessiva de apenas um recurso natural, o que poderia prejudicar a perpetuação desse recurso", explica Arguelles.

A concessão vai reativar, de forma legal e sustentável, o setor florestal na região. O potencial produtivo da área é de 275 mil metros cúbicos de madeira por ano, mais que o dobro do que foi consumido em 2009 no pólo madeireiro local.

Por ano, o governo receberá quase R\$ 13 milhões. Este recurso será dividido entre o Serviço Florestal Brasileiro (30%), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (28%), o governo do Pará (14%), os governos municipais (14%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF (14%).

Processo participativo

O pré-edital de concessão florestal na Flona de Altamira traz as regras da licitação que selecionará as empresas que terão direito de utilizar as áreas. O documento traz informações como os critérios de pontuação, características das unidades de manejo, pontos de escoamento da produção, espécies comerciais existentes e viabilidade econômica.

Este documento é submetido a consultas públicas para receber sugestões da sociedade. As propostas são avaliadas e podem ser incluídas no edital.

Além da participação nas audiências públicas, as pessoas também podem enviar sugestões pelo email concessao@florestal.gov.br ou pelo telefone (61) 2028-7168. O pré-edital e seus anexos estão disponíveis no site do Serviço Florestal, em www.florestal.gov.br.

Serviço

Audiências públicas para debate do edital de concessão na Flona de Altamira, no Pará.

Altamira

Data: 22/11/2010

Horário: 9h

Local: Centro de Convenções e Cursos (Rua Acesso II - Bairro Premem)

Trairão

Data: 23/11/2010

Horário: 9h

Local: Salão da Paróquia São José Operário (Rua Dr. Everaldo Martins Comunidade - Bairro Nossa Senhora Aparecida)

Moraes Almeida (distrito de Itaituba)

Data: 25/11/2010

Horário: 19h

Local: Salão da Capela de São Pedro

Para apresentar sugestões ao pré-edital

Telefone: (61) 2028-7168

Email: concessao@florestal.gov.br

Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro

Telefone: (61) 2028-7120

Email: ouvidoria@florestal.gov.br

Informações para imprensa

Divisão de Comunicação - Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7277 / 2028-7293

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: quarta-feira, 17 de novembro de 2010, 13h30.

Chineses visitam Brasil para conhecer experiência sobre uso da floresta por comunidades

Delegação formada por 15 autoridades vai visitar comunidades no Pará

O Serviço Florestal Brasileiro recebeu nesta quarta-feira, 3, uma delegação chinesa que está no país para conhecer as políticas e práticas brasileiras de regularização fundiária em áreas de floresta pública e o uso desses locais pelas populações.

A comitiva de 15 autoridades quer saber como o poder público promove o acesso das comunidades que vivem na Amazônia à floresta, pois a China planeja mudanças no sistema de propriedade e posse em áreas florestais voltados a populações com características semelhantes.

O grupo vai visitar o Projeto Ambé, na Floresta Nacional do Tapajós (PA), onde os moradores realizam o manejo florestal, além de agricultores da reforma agrária dos projetos de assentamento Mojú e Igarapé do Anta, também no estado, que têm recebido apoio do governo federal para atividades produtivas sustentáveis.

"O Brasil e a China são países com grandes áreas florestais e embora haja diferenças entre a propriedade fundiária nos dois, podemos encontrar pontos de comunicação em comum", afirma Qi Hong, autoridade da Administração Florestal chinesa e chefe da delegação. "A ideia é aprender e ver o que é possível de aplicar no nosso processo de reforma", completa.

Durante o encontro com a equipe do Serviço Florestal, o grupo foi informado sobre a política do setor, áreas em uso por povos e comunidades tradicionais, forma de uso permitido nessas áreas (manejo madeireiro, não madeireiro, agricultura), modo como essas áreas são destinadas para as comunidades e políticas e programas de fortalecimento do manejo comunitário.

Somente na Amazônia há mais de 110 milhões de hectares de florestas públicas federais destinadas às comunidades locais, sejam por meio de terras indígenas, projetos de assentamento ou unidades de conservação criadas para proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas ou tradicionais.

Os laços entre as duas nações se estreitaram em outubro deste ano, quando a República Popular da China sediou o Megaflorestais, encontro que reuniu instituições públicas dos países com as maiores áreas florestais do mundo, como Canadá, China, Congo, Estados Unidos, Indonésia, Índia, México, Peru e Rússia. Na ocasião, a delegação brasileira convidou as autoridades chinesas para conhecer a experiência brasileira.

Segundo o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel, a aproximação com o país asiático também traz contribuições para o Brasil. "A China tem muitas experiências importantes da área florestal que podem ser avaliadas para serem incorporadas às políticas públicas brasileiras", afirma.

O projeto de fortalecimento institucional da China para a realização de mudanças no sistema de propriedade tem o apoio da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Outros países devem ser visitados pelo grupo.

Publicado: quarta-feira, 03 de novembro de 2010, 14h25.

Serviço Florestal lança pré-edital de concessão de 112 mil hectares em Rondônia

O Serviço Florestal Brasileiro publicou nesta sexta-feira, 29, a minuta do edital de licitação para concessão florestal da Floresta Nacional (Flona) de Jacundá (RO). Serão licitados 112 mil hectares, distribuídos em quatro Unidades de Manejo Florestal.

A Flona de Jacundá é a segunda floresta nacional a passar por esse processo em Rondônia. A primeira foi a Flona do Jamari, com 96 mil hectares destinados ao manejo florestal sustentável. As operações na Flona de Jamari começaram há pouco mais de um mês.

Segundo o coordenador de editais do Serviço Florestal, Luiz César Lima, a instalação de duas áreas de concessão no estado sinaliza um incentivo ao

desenvolvimento de uma economia de base florestal ambientalmente sustentável em Rondônia. "Além disso, atende a uma demanda do setor produtivo local, que está tentando desenvolver suas atividades de maneira legalizada", afirma.

O potencial produtivo da área é de 81 mil metros cúbicos de madeira por ano, o que deve gerar R\$ 1,5 milhão de recursos para o governo no mesmo período. Para manejá-la, as empresas precisam ser idôneas, ou seja, não podem ter condenações judiciais de última instância contra crimes ambientais, tributários ou previdenciários, por exemplo. Os contratos de concessão duram 40 anos.

Os recursos oriundos da concessão florestal serão distribuídos para as comunidades locais, os municípios que abrigam o lote de manejo, o governo estadual de Rondônia e o governo federal. A aplicação dessa verba nos municípios depende da instalação do Conselho de Meio Ambiente, composto por diversos representantes da sociedade.

O pré-edital marca o início do processo de consultas públicas, oportunidade em que governos municipais, estadual, federal, representantes do setor produtivo madeireiro, trabalhadores rurais e organizações não governamentais poderão apresentar sugestões para a versão final do edital.

Além das audiências públicas, a sociedade também pode enviar críticas e sugestões ao pré-edital pelo e-mail concessao@florestal.gov.br.

Serviço

Audiências públicas para debate do edital de concessão na Flona de Jacundá

Cidade: Candeias do Jamari/RO

Data: 16/11/2010

Local: Câmara Municipal de Candeias do Jamari

Endereço: Rua Tancredo Neves s/nº, Bairro União.

Horário: 18h

Cidade: Porto Velho/RO

Data: 17/11/2010

Local: auditório do Ministério Público de Rondônia

Endereço: Rua Jamari nº 1555, Bairro Olaria

Horário: 14h

Cidade: Cujubim/RO

Data: 19/11/2010

Local: Câmara Municipal de Cujubim

Endereço: Av. Condor, nº 1233, Setor 04, Centro

Horário: 9h

Publicado: sexta-feira, 29 de outubro de 2010, 14h38.

Serviço Florestal vai licitar 380 mil hectares na Flona de Altamira, no Pará

Pré-edital de concessão está disponível na internet e será discutido em audiências públicas a partir do dia 22 de novembro

A produção sustentável de madeira na Amazônia vai ganhar incentivo com a disponibilização de 380 mil hectares para manejo florestal no Pará. O pré-edital de concessão na Floresta Nacional (Flona) de Altamira, próxima à BR-163, foi lançado pelo Serviço Florestal Brasileiro.

O diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel, diz que a região é prioritária para ações de fomento que incentivem o setor madeireiro a atuar de forma legal e que o objetivo é mudar o paradigma de desmatamento para a economia de base florestal. "Queremos transformar aquela região em uma referência de cumprimento da legislação ambiental, de madeira vinda de manejo, de mudar o perfil de desenvolvimento", afirma Hummel.

O potencial produtivo da área é de 275 mil metros cúbicos de madeira por ano, mais que o dobro do que foi consumido em 2009 no pólo madeireiro local. Com a concessão, será possível reativar o comércio em bases legais, pois embora os números da região já tenham sido maiores, muito de sua queda se deve ao cerco à ilegalidade. Por ano, o governo receberá pelo menos R\$ 4,2 milhões.

O lote está dividido em 10 unidades de manejo, a maioria de pequeno e médio porte. Cada uma delas vai gerar um contrato que dará à empresa vencedora o direito de usar a área durante 40 anos. Nesse local, os concessionários poderão extrair madeira, produtos não madeireiros (óleos, sementes, resinas) e oferecer serviços de turismo. O tamanho das unidades foi definido de acordo com as características do setor madeireiro na região.

Com o pré-edital para a Flona de Altamira, o Serviço Florestal chega a cinco processos de concessão em diferentes estágios no Pará, que somam quase 1 milhão de hectares. No dia 27 foi lançado o edital para a Flona do Amana, também no estado, para 210 mil hectares.

Audiências

O pré-edital para a concessão na Flona de Altamira traz as regras da licitação e mostra itens de pontuação, condições da área, pontos de escoamento da produção, espécies comerciais lá encontradas e viabilidade econômica.

Para elaborar o documento, são realizados levantamentos socioeconômicos da região, pesquisas sobre o preço da madeira praticado no local e diagnóstico da situação fundiária na Flona, com a análise de cadeias dominiais sucessórias e levantamento de terras públicas. Os estudos prévios receberam apoio do Projeto

BR-163, que usa recursos da União Européia e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Por ser tratar de uma versão prévia do edital, o documento é aberto a sugestões que o aperfeiçoem. A população terá a oportunidade de debater seu conteúdo durante as audiências públicas, que serão realizadas a partir do dia 22 de novembro em Altamira e em Trairão e Moraes Almeida, que são distritos do município de Itaituba e estão próximos à Flona.

Quem não for às audiências pode encaminhar propostas pelo email [concessão@florestal.gov.br](mailto:concessao@florestal.gov.br), ou entrar em contato pelo telefone (61) 2028-7168. O pré-edital e seus 13 anexos estão disponíveis no site do Serviço Florestal, em www.florestal.gov.br.

Publicado: sexta-feira, 29 de outubro de 2010, 14h32.

Concessões estão em ritmo adequado

Com o lançamento do edital de concessão para a Flona do Amana, o Serviço Florestal caminha para atingir a meta de 1 milhão de hectares em diferentes estágios do processo de concessão em 2010.

Segundo o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel, as concessões "estão num ritmo adequado ao cumprimento de todos os ritos processuais inerentes ao cumprimento da lei e das orientações da Administração Pública".

Hummel afirma que alguns setores da sociedade achavam que, "num acender de luzes", toda a demanda por madeira amazônica seria atendida pelas concessões. No primeiro momento, porém, foi necessário interpretar a Lei de Gestão de Florestas Públicas, estabelecer diversas normas regulamentadoras e estruturar o Serviço Florestal Brasileiro para realizar essas tarefas.

"O carro não podia ser colocado na frente dos bois. Ter um milhão de hectares em concessão é uma meta coerente com os processos exigidos e com a capacidade institucional do Serviço Florestal Brasileiro", afirma.

Segundo Hummel, as concessões florestais são uma política pública que está dando certo. No entanto, o atendimento da demanda total de madeira Amazônia pelas concessões, pressupõe a tomada de decisões estratégicas ligadas à atuação dos estados, a metas consistentes de criação de novas florestas nacionais e ao fortalecimento do Serviço Florestal Brasileiro.

Publicado: quarta-feira, 27 de outubro de 2010, 14h42.

Serviço Florestal mostra uso da tecnologia espacial para a gestão de florestas em seminário florestal em Curitiba

O Serviço Florestal Brasileiro mostra até quinta-feira, 21, no IX Seminário de Atualização em Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas Aplicados à Engenharia Florestal, em Curitiba (PR), como as geotecnologias têm ajudado a melhorar a gestão das florestas públicas e a planejar o seu uso sustentável.

"As tecnologias espaciais são imprescindíveis para levantar informações sobre as florestas, utilizando sensoriamento, sistema de informações geográficas e GPS, pois apenas com essas ferramentas é possível obter dados atualizados, de grandes áreas, em curto espaço de tempo, e que facilitem a gestão florestal.", afirma gerente de Informações do Serviço Florestal, Joberto Freitas.

No evento, serão apresentados a metodologia e os procedimentos para a análise de paisagem - por exemplo, fragmentação florestal e ocorrência de florestas em áreas de preservação permanente (APP) -, uma das ações do Inventário Florestal Nacional.

Os técnicos do Serviço Florestal de Brasília e da Unidade Regional Sul, localizada em Curitiba, vão mostrar ainda como os dados espaciais contribuem para aumentar as informações do setor e ajudam a formular o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, que aponta a existência de 241 milhões de hectares de florestas cadastradas.

No stand montado na feira, os participantes também vão saber como está sendo feita a demarcação das áreas sob concessão na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Pará, e como as imagens orbitais ajudaram a planejar a logística para colocação dos marcos que delimitam as Unidades de Manejo Florestal para a produção sustentável de madeira.

Para quem se interessa no uso das informações espaciais em monitoramento, será mostrado como os dados do sistema de detecção de exploração seletiva de madeira - Detex - desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) - permitirão acompanhar a extração madeireira nas áreas de concessão florestal.

As ferramentas de geoprocessamento auxiliam ainda a formular o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), que traz a quantidade de hectares em florestas públicas passíveis de concessão e a sua localização. Para chegar a essa informação, é feito um cruzamento de mapas entre as florestas públicas e áreas que, no ano, possuem algum impedimento para a concessão, por exemplo, terras indígenas, florestas com uso de comunidades e florestas nacionais sem plano de manejo.

Com o uso desses filtros, chegou-se a 5,1 milhões de hectares de florestas públicas federais passíveis de concessão no PAOF 2011, área que está distribuída em 11 florestas nacionais nos estados do Acre, Pará e Rondônia.

O Seminário de Atualização em Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas Aplicados à Engenharia Florestal, que teve sua primeira edição em 1994, é promovido pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná e pela Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Serviço

IX Seminário de Atualização em Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas Aplicados à Engenharia Florestal

Data: 19 a 21 de outubro

Local: Av. Comendador Franco, 1341, Jardim Botânico - Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)

Horário: 8h às 18h

Publicado: quarta-feira, 20 de outubro de 2010, 14h59.

Primeira concessão florestal federal do país entra em operação

Madeflona, Sakura e Amata iniciam extração de madeira de forma sustentável em 96 mil hectares da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia

A primeira concessão florestal do país, promovida pelo Serviço Florestal Brasileiro, começou a operar. A Madeflona, a Sakura e a Amata, as três empresas que venceram a licitação para usar 96 mil hectares da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, iniciaram a extração de madeira em suas áreas.

"Este é um momento histórico, um anseio da sociedade desde a década de 1970 que se torna realidade, que é o de ter políticas públicas efetivas de manutenção da floresta em pé, com a geração de uma economia sustentável e com a melhoria da qualidade de vida da população", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

A produção de madeira dentro da área de cada empresa será realizada em um sistema de rodízio que garante o uso contínuo da floresta e a regeneração da mata. A cada ano, somente 1/30 da área total da empresa será utilizada e, em cada hectare, serão extraídas em torno de cinco a seis árvores.

Somados, o potencial produtivo das unidades de manejo no ano chega a 68.000 metros cúbicos de madeira, quantidade suficiente para construir 8.500 casas populares feitas com esse material. O governo receberá anualmente mais de R\$ 3,3 milhões, valor que corresponde ao contrato assinado com os concessionários.

A Sakura foi a primeira empresa a começar a extração, e escolheu como árvore inaugural o roixinho, conhecida pela qualidade e pelo uso na construção civil e na movelearia. "Estávamos aguardando esse momento, foi um tanto emocionante", afirma o empresário Mauro Shiguelo.

Longo prazo

Cada concessionário terá o direito de uso na área por 40 anos. "Hoje, adquirir uma área para trabalhar em longa escala é muito difícil e como o período da concessão engloba todo o ciclo de corte, que é de 30 anos, temos a garantia de matéria-prima. E, o mais importante, estamos trabalhando com produto 100% legal", afirma o proprietário da Madeflona, Jonas Perutti.

Para garantir que a madeira terá origem socioambiental correta, todo o processo de extração será monitorado pelo Serviço Florestal, Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. A cadeia de custódia - nome para a atividade de identificar as toras e suas partes, desde o local do corte até a primeira serraria - atestarão a origem legal da madeira.

Também haverá auditorias florestais independentes, que darão seu parecer sobre o cumprimento dos quesitos ambientais, sociais e econômicos da atividade. A esses cuidados serão adicionados os procedimentos de fiscalização já empregados pelo governo federal.

Segundo o presidente da Amata, Roberto Waack, o controle na origem da madeira tem se tornado um atributo cada vez mais importante para conquistar mercados, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. "Há uma mudança de paradigma demandada pelo mercado, especialmente os mais sofisticados, e uma tendência no mercado brasileiro de também se preocupar com essas questões", afirma. "O Brasil está entrando em situação de exposição internacional que não permite mais a ele ter atividades predatórias do ponto de vista ambiental", completa. Pendentes, que darão seu parecer sobre o cumprimento dos quesitos ambientais, sociais e econômicos da atividade. A esses cuidados serão adicionados os procedimentos de fiscalização já empregados pelo governo federal.

Gestão Florestal

Para atender a um aumento na procura por madeira legal, as concessões desempenharão um papel fundamental, mas para isso, afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel, é necessário aumentar urgentemente a quantidade de florestas públicas, com a criação de áreas voltadas especificamente para o uso sustentável do recurso florestal.

Segundo Hummel, o futuro das concessões depende de um amplo realinhamento na gestão florestal federal que redefina competências, preencha lacunas e defina

claramente o papel de cada instituição. "O Estado brasileiro não pode conviver com três instituições federais cuidando da mesma área, com sombreamento de ações, conflitos de competência e duplicação no uso de recursos. É um grande absurdo", afirma.

O Brasil, diz o diretor-geral, precisa ter uma política florestal nacional definida, com o Serviço Florestal forte para tratar do tema da produção florestal, especialmente em um momento em que a Amazônia ganha cada vez mais relevância nas discussões sobre o aquecimento global.

Criado em 2007, o Serviço Florestal, diz ele, tem feito muito mais do que a sua capacidade e vai chegar ao final do ano com cerca de 1 milhão de hectares em diferentes etapas do processo de concessão, desde atividades já em operação, como em Jamari, a pré-editais lançados.

A concessão na Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera, no Pará, será a próxima a entrar em atividade e deve ser seguida pelas Florestas Nacionais do Amana e do Crepori, localizadas no mesmo estado e situadas na região da BR-163, onde é urgente e necessário estimular a atividade madeireira sustentável após as ações bem sucedidas de combate à produção ilegal. Este ano será iniciado o processo de concessão nas flonas Altamira (PA) e Jacundá (RO).

Publicado: sexta-feira, 08 de outubro de 2010, 15h22.

Governo e sociedade debatem linhas de ação para apoio ao manejo comunitário em 2011

Oficina vai ajudar na elaboração do Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar do próximo ano, que tem o Serviço Florestal como um dos órgãos executores

Um grupo de 35 representantes do governo federal, estadual e sociedade civil iniciou nesta quarta-feira, 6, em Brasília (DF), os debates da Oficina de Elaboração do Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar 2011.

O objetivo é identificar as linhas de ação que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) devem atender na formulação do Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar do próximo ano, voltado a povos e comunidades tradicionais que usam a floresta.

"O Plano vem no conjunto das políticas que têm sido construídas para dar apoio aos extrativistas, agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais e tem garantido visibilidade desse público como sujeitos na condução de uma nova realidade", afirma o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Egon Krakhecke.

Segundo o diretor de Inclusão e Fomento do Serviço Florestal, Luiz Carlos Joels, a Oficina ajudará a fortalecer a discussão sobre as ações prioritárias. "Esse é um espaço onde as diversas tendências se encontram para avançar em conjunto e concatenar esforços em prol do manejo comunitário" afirma.

O encontro conta com integrantes do Serviço Florestal, Ibama, Instituto Chico Mendes, Incra e Funai, instituições dos governos do Acre, do Amazonas e do Pará, e com a participação de entidades como o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS). Para o assessor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Marcos Pavarino, a diversidade de segmentos envolvidos nos debates permite "que as decisões sejam legítimas e legitimadas".

Hoje, em torno de 160 milhões de hectares de florestas públicas estão voltadas ao uso por comunidades, seja em unidades de conservação ou terras indígenas, por exemplo. Para o representante do FBOMS, Rubens Gomes, é preciso aumentar as condições para que as comunidades gerem riqueza.

"Minha expectativa, como movimento social, é que o governo de fato consiga achar caminhos para gerar uma política pública robusta para o manejo comunitário na Amazônia, considerando que mais de 60% dessas florestas são destinadas ao uso comunitário", afirma Gomes. "Há uma necessidade urgente de ter políticas públicas estruturantes que permitam a manutenção das florestas com o aumento da qualidade de vida das pessoas que vivem nelas", completa.

Para organizar as discussões, os participantes serão divididos em grupos de trabalho com o objetivo de apontar iniciativas em temas como fortalecimento organizacional, regularização fundiária, assistência técnica e extensão florestal, crédito e regularização ambiental.

"As propostas vão nos orientar no planejamento das ações, na mobilização para orçamento e recursos voltados ao próximo ano", afirma o gerente da Gerência de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal, Hélio Pontes. O encontro termina na sexta-feira, 8. O Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar deve ficar pronto em dezembro.

Publicado: quarta-feira, 06 de outubro de 2010, 15h27.

Concessão na Flona do Crepori trará incentivos para pequenas empresas

Pequenas empresas, associações e cooperativas pagarão somente 20% da garantia para assinatura do contrato e têm isenção total nos custos do edital

Pequenas empresas do setor madeireiro devem ter incentivos para concorrer ao manejo de mais de 230 mil hectares da Floresta Nacional do Crepori, no Pará. O pré-edital para concessão de uso da área, apresentado em audiências públicas pelo Serviço Florestal Brasileiro entre os dias 13 e 16 de setembro, reduz os custos que serão pagos por elas.

"Buscamos todos os recursos que a lei oferece para tornar mais acessível a participação dos pequenos empresários, que representam a maior parte do setor produtivo no ramo madeireiro da Amazônia", diz o gerente de Concessões do Serviço Florestal, Marcelo Arguelles.

Uma das facilidades é a diminuição da garantia, valor que a empresa vencedora deve depositar antes da assinatura do contrato e que corresponde à parte da proposta financeira apresentada ao Serviço Florestal. Microempresas, associações de comunidades locais e pessoa jurídica de pequeno porte vão pagar apenas 20% desse valor.

Se uma empresa de pequeno porte, por exemplo, ganhar a concorrência para a menor unidade de manejo, que tem 19,7 mil hectares, terá um desconto de pelo menos de R\$ 354 mil na garantia, considerando o preço mínimo anual que pode ser ofertado pelo metro cúbico de madeira, de R\$ 443 mil.

Outra facilidade será a isenção dos custos do edital de licitação. Os participantes que se enquadram como pequenas empresas não terão que arcar com este valor, que cobre os custos de estudos técnicos utilizados na elaboração do edital - como o levantamento das espécies madeireiras da área - e da realização das audiências públicas.

A auditoria independente, que deve ser realizada a pelo menos cada três anos e é paga pelas empresas, também será menos onerosa para das unidades de manejo florestal pequenas. Haverá uma isenção de 80% do valor da auditoria independente, instrumento previsto em lei para ajudar na fiscalização e conferir mais transparência à concessão florestal.

Redução de unidades de manejo será analisada

O Plano Anual de Outorga Florestal (Paof 2010) considera unidades de manejo florestal pequenas aquelas que possuem até 30 mil hectares. Na opinião de alguns representantes do ramo madeireiro, essas áreas poderiam ser menores para estimular ainda mais o setor.

"Nós temos sugerido que nas concessões sejam colocadas áreas de 10 mil hectares, que vêm atender às madeireiras na nossa região", diz o presidente da Associação das Indústrias Madeireiras de Moraes Almeida (Aimma), Rubens Zilio, que participou das audiências realizadas em Moraes Almeida e Creporizão, distritos do município de Itaituba (PA).

A definição das unidades de manejo, porém, já leva em consideração a área necessária para atender uma empresa de pequeno porte, garantindo o ciclo contínuo de produção de 30 anos, diz o gerente de Concessões Marcelo Arguelles. "É mais estratégico e interessante para o governo e para o setor que a concessão abasteça integralmente uma empresa para ela não ter que buscar madeira de outras fontes", afirma.

"Se concedemos áreas menores, vamos continuar mantendo-os em uma condição em que eles terão de buscar madeira em diversas fontes, aumentando seus custos operacionais e pressionando áreas de florestas que não possuem regularização fundiária", diz Arguelles. Uma opção é que as empresas formem um consórcio para concorrer a uma das unidades de manejo e a usem conjuntamente.

Das cinco unidades de manejo da concessão na Flona do Crepori no pré-edital, duas são tecnicamente consideradas de pequeno porte e têm, respectivamente, 19 mil hectares, 28 mil, hectares, além de uma terceira de 31 mil hectares.

Publicado: terça-feira, 05 de outubro de 2010, 15h49.

Uso sustentável da Flona do Crepori abre nova perspectiva no interior do Pará

Processo de concessão florestal promove economia florestal sustentada e estimula a geração de empregos e o aumento da arrecadação em cidades próximas às florestas nacionais

A concessão florestal que será realizada na Floresta Nacional (Flona) do Crepori pelo Serviço Florestal Brasileiro aumentará a oferta de empregos formais, a arrecadação de impostos e a infraestrutura produtiva e social nas localidades com baixos indicadores sociais situadas nas proximidades da Flona.

Uma delas é Jacareacanga, município de 41 mil habitantes que registra o menor PIB per capita do país. As outras localidades são Creporizão e Moraes Almeida, distritos de Itaituba. "São locais que compartilham a perspectiva de vivenciar um novo momento em que a atividade florestal sustentável passará a ser um dos principais vetores para a melhoria da qualidade de vida da sua população", afirma o gerente de Concessões, Marcelo Arguelles.

Na concessão de Crepori, estima-se a oferta de 1,4 mil empregos diretos e indiretos e uma receita de R\$ 4,8 milhões com a extração de mais de 115 mil metros cúbicos de madeira por ano. A economia da região tende ainda a aumentar com a arrecadação de impostos e com o aumento de serviços vinculados à atividade madeireira.

A geração desses benefícios é esperada pelo fato de que o número de postos de trabalho, o processamento local da madeira e a realização de investimentos em infraestrutura para a comunidade são alguns dos itens que respondem por 600 dos 1000 pontos que uma empresa interessada pode obter na proposta apresentada ao Serviço Florestal. Os 400 pontos restantes vêm do preço ofertado pelo metro cúbico de madeira.

Compartilhamento

No pré-edital de concessão, parte das unidades de manejo está próxima de Jacareacanga e parte perto dos distritos de Itaituba. "As unidades de manejo foram dispostas de forma a aproveitar os principais canais de escoamento da produção, permitindo a instalação de indústrias florestais em ambas cidades com a distribuição dos benefícios da concessão entre elas", afirma Arguelles.

O desenho das cinco unidades, que somam mais de 230 mil hectares dentro da Flona, foi um dos assuntos debatidos nas audiências públicas realizadas entre 13 e 16 de setembro. Para o secretário de Agricultura e Mineração de Jacareacanga, Roberto Strapasson, o escoamento da produção de três unidades pelo município e das outras duas pelos distritos de Itaituba é uma proposta que pode ser vantajosa para ambos. "Sairíamos todos ganhando com essa forma como foi proposto", afirma o secretário.

No Creporizão, a comunidade visualiza com a concessão uma oportunidade de mudança. "A perspectiva que toda a região tem é de um resgate principalmente econômico. A economia da região é basicamente aurífera e nos últimos anos essa extração praticamente artesanal entrou em decadência", afirma o representante da Associação dos Moradores do Creporizão, Marcelo da Silva Santos.

Santos, que também integra do Conselho da Flona do Crepori, espera que a atividade chame a atenção para a região. "O clamor local é que essas concessões tragam melhorias na infraestrutura, educação, saúde, e que a comunidade também possa se desenvolver economicamente e também socialmente".

Publicado: terça-feira, 05 de outubro de 2010, 15h33.

Assentados manejam a Caatinga com apoio do Serviço Florestal

No município com maior desmatamento em Pernambuco, famílias geram renda com proteção do bioma, que já perdeu quase 50% da cobertura. Novos contratos de assistência técnica florestal vão beneficiar 32 assentamentos em PE e PB

A agricultores de nove assentamentos já produziram 8.514 sacos de carvão e 2.392 metros de lenha de forma sustentável desde que começou a assistência técnica florestal. A madeira vem de áreas da propriedade destinadas ao manejo florestal. No início do mês, o contrato para a assistência foi renovado e ampliado para atender a um total de 32 assentamentos em Pernambuco e na Paraíba.

"Essa iniciativa permite que os assentados usem os recursos da Caatinga racionalmente e tenham uma fonte a mais de renda. É fundamental realizar ações desse tipo na região, pois o número de assentamentos tem aumentado" afirma o chefe da Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal, Newton Barcellos.

A atividade é desenvolvida durante a seca, época em que normalmente os trabalhadores precisam procurar alternativas à agricultura - feita nos meses de chuva - para manter a família. "O manejo dá a eles a oportunidade de continuar no assentamento na estiagem, sem que eles precisem sair para trabalhar para outras pessoas", diz Barcellos.

Mercado

A produção dos agricultores familiares ajuda a atender à demanda por biomassa dentro e fora da região Nordeste, onde esse recurso chega a corresponder a 30% da energia utilizada nas indústrias e estabelecimentos comerciais da região.

"Existe uma alta participação de lenha na matriz energética do Nordeste. Esta demanda está sendo atendida pela vegetação nativa da Caatinga e a melhor maneira de supri-la é pelo manejo florestal", diz Newton Barcellos.

No Projeto de Assentamento (PA) São Lourenço, que registra a maior produção de carvão entre os nove assentamentos de Serra Talhada - quase 6 mil sacos - o principal consumidor são siderúrgicas de Minas Gerais, outro forte mercado. Para garantir uma relação de venda vantajosa, os agricultores estão formando uma cooperativa que comercializará o produto sem atravessadores.

"Já demos entrada no CNPJ da cooperativa, que vai comprar a produção e vender direto para a siderúrgica. No final do ano, o lucro vai ser dividido para os associados", diz o presidente do PA, Severino Lima Filho, 32 anos.

Natureza

Em outro assentamento, o Vila Bela, o manejo tem ajudado a manter a comunidade em um ano em que a falta de chuvas levou à perda de 95% da agricultura. As famílias já usaram todo o talhão - área autorizada para manejo deste ano.

Com a assistência técnica, o sertanejo fez do manejo uma forma até de cuidar dos animais. "A gente aprendeu a deixar algumas árvores nativas da região que, nesse ano sequeiro, vai ser a sobrevivência para alguns animais", diz a presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Vila Bela, Sandra Souza, 35 anos. A quixabeira vai oferecer sombra e alimento para os bodes, que comem frutos e folhas da árvore.

Apesar dos desafios envolvidos na atividade econômica do assentamento em 2010, a presidente está otimista. "O homem nordestino é bicho valente, a gente sobrevive".

Para aumentar as opções de renda com o manejo, Sandra quer trazer uma atividade nova, a confecção de cosméticos com plantas da Caatinga pelas mulheres, enquanto os homens trabalham com a lenha. "Com o manejo temos a possibilidade de criar produtos que saiam da própria Caatinga que vão estar nos ajudando na nossa renda. Vejo como uma perspectiva para o nosso futuro", afirma.

Conservação

Ao lado da geração de renda, Newton Barcellos destaca a proteção da Caatinga como um dos maiores ganhos do manejo. A área destinada à atividade é dividida em pelo menos 15 talhões e só um é usado por ano. Ou seja, o agricultor só volta ao primeiro lote após 15 anos.

Esse período de pousio permite que a vegetação se regenere e volte ao volume que tinha. Com poucos meses, as árvores já rebrotam e os galhos, mesmo finos, mas com folhagens, ajudam proteger o solo. "Se chover, não haverá erosão", diz o chefe da Unidade Regional.

Somadas a área de manejo - onde não é feita agricultura - mais a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente, a Caatinga chega a ser preservada em mais da metade dos assentamentos. "É um número muito bom, considerando que a Caatinga já perdeu quase 50% da sua cobertura", afirma Barcellos.

Além dos nove assentamentos em Serra Talhada, outros quatro municípios de Pernambuco - São José do Belmonte, Ingazeira, Floresta e Betânia - receberam apoio do Serviço Florestal, por meio da instituição Associação Plantas do Nordeste, para iniciar a atividade. Os resultados levaram à ampliação da assistência técnica florestal por mais dois anos, a partir do segundo semestre de 2010, com a adição

de outros cinco assentamentos nos municípios de Floresta, Orocó, Belém de São Francisco e Parnamirim.

Na Paraíba, outros 14 assentamentos já vêm recebendo assistência técnica pela SOS Sertão, também contratada pelo Serviço Florestal. Os municípios abrangidos são São José de Espinharas, Sumé, Barra de Santa Rosa, Desterro, Boqueirão, Monteiro, São Sebastião do Umbuzeiro, Cacimba da Areia, Cuité e Santana dos Garrotes. Somando os dois estados, o potencial de famílias que podem ser beneficiadas com o manejo via Serviço Florestal chega a quase 1.000.

Publicado: segunda-feira, 04 de outubro de 2010, 16h00.

Serviço Florestal capacita peritos da Polícia Federal em identificação de madeira

O combate à exploração ilegal de madeira ganhou reforço com a capacitação de 19 peritos da Polícia Federal realizada no Serviço Florestal Brasileiro. Durante uma semana, especialistas de oito estados - cinco deles da região Norte -, mais o Distrito Federal, participaram de um curso para aprender a identificar madeiras.

O perito criminal Antônio Pires, que trabalha em Marabá (PA), diz que o conhecimento é fundamental nas operações, principalmente em rodovias. "Às vezes a discordância entre a madeira que está no caminhão e aquela declarada na nota é grosseira, e se não soubermos identificá-la, não há como questionar o que está no documento", diz.

Em agosto, Pires participou da Operação Acuti, que desarticulou um esquema fraudulento de venda de castanheiras - cujo corte é proibido - do Pará para o Rio Grande do Sul. Os policiais analisaram a madeira para se certificarem de que eram da espécie em questão. "Só vamos determinar que há um ilícito se soubermos qual é a madeira. Por isso, a identificação é prioritária e tem que ser feita na hora para haver a prisão em flagrante", diz.

Redes

A atuação em estradas e serrarias ajuda a descobrir que, às vezes, a fraude começou bem antes. Se a serraria tem madeiras de tipos ou quantidades diferentes daquelas que constam no sistema de controle do órgão ambiental competente, é possível que a irregularidade tenha iniciado na fase de extração.

"A falsidade ideológica pode começar desde a elaboração do plano de manejo, quando a árvore não é identificada da forma correta, com um inventário florestal fraudulento", afirma o perito criminal e engenheiro florestal Marcelo Garcia de Barros.

Com as informações obtidas no curso, Barros diz que o trabalho se tornará mais efetivo. "A capacitação vai permitir aos peritos constatar fraudes de maneira mais contundente e nos dar mais um instrumento para averiguar se a comercialização está sendo feita corretamente."

Chave-interativa

Os peritos da Polícia Federal usaram no curso um software gratuito desenvolvido pelos pesquisadores do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do Serviço Florestal que reúne 60 características diferentes de 158 espécies encontradas no comércio, inclusive daquelas presentes na lista da Convenção Internacional das Espécies Ameaçadas (Cites).

O sistema digital traz informações como cor, cheiro, anéis de crescimento, porosidade e parênquima, além de imagens ampliadas da estrutura da madeira que ajudam o profissional a consultar dados específicos e a tirar dúvidas na hora de identificá-las.

"Queremos difundir esse conhecimento para possibilitar a todos que atuam na área ambiental ter acesso a esse material didático de utilização prática em campo" afirma a pesquisadora do LPF Vera Coradin, que trabalha há 30 anos com anatomia de madeira.

As capacitações para identificação de madeira têm sido realizadas desde 1984 para agentes do Ibama, servidores de órgãos estaduais de meio ambiente, integrantes de batalhões ambientais e policiais. Esta é a primeira vez que o Serviço Florestal ministra, em Brasília, as aulas do "Curso de Identificação Macroscópica no Combate à Exploração, Transporte e Comércio Ilegal de Madeira", promovido pelo Departamento de Polícia Federal.

Publicado: segunda-feira, 04 de outubro de 2010, 15h54.

Diretores do Serviço Florestal participam do MegaFlorestais na China

Encontro, que ocorre desde 2005, reúne países com as maiores áreas florestais do mundo

"Foi uma oportunidade de aprendizado para melhorar a gestão florestal no país", avalia Hummel. Com o tema "Gestão Florestal em Transição - Desafios e Oportunidades para as Agências Florestais Públicas", o evento reuniu líderes das instituições públicas dos países com as maiores áreas florestais do mundo. Além do Brasil, estiveram presentes Canadá, China, Congo, Estados Unidos, Indonésia, Índia, México, Peru e Rússia.

O objetivo do encontro é compartilhar experiências sobre gestão florestal e reforma das instituições públicas florestais. Com caráter extremamente informal e técnico, é um espaço para a troca aberta e franca de opiniões, conhecimentos e experiências sobre a gestão florestal no mundo.

Os representantes são levados a expressar não somente a posição de seu país sobre os desafios e temas do setor, mas também sua opinião. São usadas as regras da Chatlam House, em que os participantes são livres para usar a informação recebida, mas não podem atribuí-la a nenhum convidado em específico. Em 2008, o Serviço Florestal foi responsável pela organização do MegaFlorestais, realizado em Manaus.

Os diretores também foram convidados para participar de painel na conferência sobre Floresta e Reforma Regulatória - Experiências, Lições e Passos Futuros na Ásia, promovida pela agência florestal da China, dias 24 e 25 de setembro.

De acordo com Hummel, a gestão florestal precisa melhorar a capacidade do Estado no apoio às comunidades que vivem e trabalham com as florestas para que o uso dos recursos seja um importante instrumento no combate à pobreza. "Isso passa por reformas na gestão florestal e na definição de direitos de acesso e responsabilidades claras no uso dos recursos florestais pelas comunidades", explica.

Hummel disse que as reformas que estão sendo feitas na China e em outros países da Ásia e da África podem auxiliar o Brasil a resolver alguns dos seus problemas na área florestal. "As florestas, por exemplo, são a principal resposta às mudanças climáticas a partir de um planejamento de longo prazo e de fortalecimento da economia florestal", destaca.

Publicado: sexta-feira, 01 de outubro de 2010, 16h10.

População apresenta sugestões para concessão na Flona de Saracá-Taquera

Cerca de 500 pessoas participaram das audiências públicas realizadas nos municípios paraenses de Faro, Terra Santa e Oriximiná, nos dias 20, 22 e 24 de setembro

Indicação de espécies de árvores de uso comunitário, como atrair a instalação de indústrias florestais em seus municípios e geração de empregos. Estas foram algumas das questões levantadas pelos quase 500 participantes das três audiências públicas sobre a concessão de 93 mil hectares da Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera, localizada no extremo oeste do Pará.

Realizadas pelo Serviço Florestal Brasileiro, nos dias 20, 22 e 24 de setembro, as consultas tiveram o objetivo de ouvir a população dos municípios de abrangência da Flona: Faro, Terra Santa e Oriximiná.

"As audiências servem para que a população possa fazer seus questionamentos sobre a proposta de concessão.", ressaltou o diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal, Natalino Silva.

Os eventos tiveram a presença de representantes das Prefeituras, das Câmaras de Vereadores, do Ministério Público Estadual, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), de sindicatos, de organizações não governamentais, comunitários, quilombolas, estudantes e moradores.

Para o representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e integrante da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) Vilmar Locatelli, as audiências tiveram uma resposta positiva das comunidades. "Elas se mostraram muito interessadas em como serão atingidas. As audiências estão cumprindo seu papel, que é trazer de forma simples o que é concessão e como ela vai atingir a população", avalia.

O chefe da Flona de Saracá-Taquera, Carlos Augusto Pinheiro, destacou que as audiências têm a função de esclarecer a população sobre o tema. "A participação da população foi muito importante. Ela está ciente do que quer", afirmou.

O gerente executivo de Concessões Florestais do Serviço Florestal, Marcelo Arguelles, ressalta o papel das audiências em contribuir para a melhoria do processo de concessão. "A preocupação da sociedade é legítima e nos ajuda a melhorarmos as propostas e estabelecermos métodos e ferramentas que garantam os benefícios ambientais, sociais e econômicos do processo".

A população conheceu o que é concessão florestal e os benefícios previstos para os três municípios que abrangem a Flona, esclareceu dúvidas sobre os impactos da atividade florestal e como o monitoramento será feito e apresentou sugestões ao pré-edital que regulará o processo licitatório. A previsão é que as atividades gerem aproximadamente 1.500 empregos diretos e indiretos. A contratação de mão de obra local é um dos critérios para a definição da empresa vencedora.

Após a audiência, a sociedade começou a fazer planos para participar da concessão. "Espero lembrar de tudo o que foi dito aqui pra contar para quem não veio. Se a gente se organizar, podemos trabalhar na empresa que ganhar [a licitação]", planeja o agricultor familiar Raimundo Conceição da Silva, o seu Cacau, que atua na comunidade da Estrada Faro - Terra Santa.

A concessão também vai representar uma arrecadação anual de cerca de R\$ 5 milhões, ao governo federal, ao estado do Pará e aos três municípios. Este valor é

baseado nos preços mínimos definidos no edital a partir da capacidade de produção anual estimada para cada área, e poderá ser maior, conforme as propostas apresentadas pelos vencedores da licitação.

O Serviço Florestal avaliará todas as sugestões apresentadas para elaborar o texto final do edital de concessão. O pré-edital está disponível no site da instituição (www.florestal.gov.br). Os interessados também poderão enviar sugestões ao texto do pré-edital pelo email concessao@florestal.gov.br ou pelo telefone (61) 2028-7168. Também podem entrar em contato com a Ouvidoria do Serviço Florestal, pelo email ouvidoria@florestal.gov.br ou pelo telefone (61) 2028-7120. A fase de consulta pública estende-se até outubro.

Publicado: sexta-feira, 01 de outubro de 2010, 16h08.